



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LETRAS - INGLÊS
GABRIEL SILVA DA CUNHA

**MEMÓRIA DISCURSIVA, CISNORMATIVIDADE E DISPUTA PELOS SENTIDOS
DE MULHER NO DISCURSO MIDIÁTICO**

SÃO LUÍS
2026

Gabriel Silva da Cunha

**MEMÓRIA DISCURSIVA, CISNORMATIVIDADE E DISPUTA PELOS SENTIDOS
DE MULHER NO DISCURSO MIDIÁTICO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Letras da
Universidade Federal do Maranhão como
requisito parcial para a obtenção do título
de Licenciado em Letras – Português e
Inglês.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Glória França

SÃO LUÍS

2026

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Cunha, Gabriel Silva da.

MEMÓRIA DISCURSIVA, CISONORMATIVIDADE E DISPUTA PELOS
SENTIDOS DE MULHER NO DISCURSO MUDIÁTICO / Gabriel Silva
da Cunha. - 2026.

34 p.

Orientador(a): Glória França.

Curso de Letras - Inglês, Universidade Federal do
Maranhão, São Luís - Maranhão, 2026.

1. Análise do Discurso. 2. Memória Discursiva. 3.
Cisnormatividade. 4. Erika Hilton. 5. Televisão. I.
França, Glória. II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

CURSO DE LETRAS - INGLÊS

Gabriel Silva da Cunha

**MEMÓRIA DISCURSIVA, CISNORMATIVIDADE E DISPUTA PELOS SENTIDOS
DE MULHER NO DISCURSO MIDIÁTICO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Letras da
Universidade Federal do Maranhão como
requisito parcial para a obtenção do título
de Licenciado em Letras – Português e
Inglês.

Aprovado em: ____ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Glória França – Universidade Federal do Maranhão
Orientadora

Prof.^a Ma. Laize Oliveira Silva – Universidade Estadual do Maranhão
Avaliadora externa

Prof. Me. Elinaldo Quaresma – IFMA Campus São José de Ribamar
Avaliador externo

DEDICATÓRIA

Com muitas saudades, dedico este trabalho à minha avó, que, mesmo não tendo tido a oportunidade de estudar, ensinou-me, por meio de sua vida, o verdadeiro significado da força, da coragem e da perseverança.

RESUMO

Este trabalho analisa, à luz da Análise do Discurso de vertente materialista, duas sequências discursivas produzidas durante o Programa do Ratinho, exibido pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), em março de 2026. As sequências foram recortadas de um acontecimento televisivo no qual o apresentador Ratinho questiona a legitimidade da deputada federal Erika Hilton para ocupar a presidência da Comissão das Mulheres da Câmara dos Deputados, enquanto outro integrante do programa intervém com a formulação “Tá tirando o espaço”. O objetivo da pesquisa é compreender como determinadas marcas linguístico-discursivas contestam o pertencimento de Erika Hilton à categoria mulher e significam a presença de mulheres trans em espaços de representação política. Como fundamentação teórica, mobilizam-se os conceitos de memória discursiva, interdiscurso, formação discursiva, pré-construído, efeito de evidência, equívoco, paráfrase e condições de produção, desenvolvidos por Michel Pêcheux e pesquisadores da Análise do Discurso, em diálogo com estudos de gênero. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e interpretativa, considerando tanto a dimensão verbal quanto elementos da materialidade audiovisual. Os resultados evidenciam o funcionamento de uma formação discursiva cisnormativa que associa a categoria mulher ao sexo biológico e significa a representação política de mulheres trans como perda de espaço para mulheres cisgêneras. Observou-se ainda que a intervenção de uma segunda voz produz um efeito de ratificação dos sentidos mobilizados pelo apresentador e que a televisão participa de sua circulação e possível legitimação social.

Palavras-chave: análise do discurso; memória discursiva; cisnormatividade; Erika Hilton; televisão.

ABSTRACT

This study analyzes, from the perspective of Materialist Discourse Analysis, two discursive sequences produced during *Programa do Ratinho*, broadcast by the Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) in March 2026. The sequences were selected from a televised event in which the host Ratinho questions the legitimacy of federal congresswoman Erika Hilton to preside over the Women's Commission of the Brazilian Chamber of Deputies, while another participant intervenes with the statement "She's taking away the space." The research aims to understand how specific linguistic-discursive marks challenge Erika Hilton's belonging to the category woman and construct the presence of transgender women in spaces of political representation. The theoretical framework draws on the concepts of discursive memory, interdiscourse, discursive formation, preconstructed meanings, evidence effect, equivocation, paraphrase, and conditions of production, developed by Michel Pêcheux and other Discourse Analysis scholars, in dialogue with gender studies. The research adopts a qualitative and interpretative approach, considering both verbal formulations and elements of audiovisual materiality. The results reveal the functioning of a cisnormative discursive formation that associates the category woman with biological criteria and signifies the political representation of transgender women as a loss of space for cisgender women. The analysis also shows that the intervention of a second voice produces an effect of ratification of the meanings mobilized by the host and that television participates in their circulation and possible social legitimization.

Keywords: discourse analysis; discursive memory; cisnormativity; Erika Hilton; television.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 — Sequência de frames com apresentador durante o discurso	16
Figura 2 — Sequência de frames do apresentador no palco, gesticulando durante a apresentação	23
Figura 3 — Sequência de frames do integrante do programa	25

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 QUADRO TEÓRICO	10
3 DISPOSITIVO TEÓRICO-METODOLÓGICO	14
4 GESTO DE ANÁLISE	16
4.1 ANÁLISE DO ACONTECIMENTO TELEVISIVO	16
4.2 ANÁLISE DA INTERVENÇÃO	25
5 CONCLUSÃO	30
REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

As disputas que envolvem a identidade de gênero ocupam lugar central nos debates contemporâneos e se manifestam de forma recorrente nos campos político, midiático e social (BUTLER, 2015). Mesmo que as mulheres tenham ampliado a sua participação em espaços historicamente marcados pela predominância do homem, ainda existem discursos que questionam e limitam a sua presença.

Isso se intensifica quando se trata de mulheres trans, pois estas são atravessadas por processos de exclusão que frequentemente produzem efeitos de deslegitimação de sua identidade de gênero e de seu pertencimento a determinados espaços sociais.

Nesse contexto, destaca-se a eleição da deputada federal Erika Hilton para a presidência da Comissão das Mulheres da Câmara dos Deputados em 2026. Após o anúncio de sua eleição, diferentes posicionamentos circularam na esfera pública, entre eles a manifestação do apresentador Ratinho, durante o Programa do Ratinho, transmitido nacionalmente pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), em 11 de março de 2026.

Em sua fala, o apresentador questiona a legitimidade de Erika Hilton para ocupar o cargo, o que mobilizou sentidos relacionados à definição do que é ser mulher e à participação de mulheres trans em espaços de representação política.

Sob a perspectiva da Análise do Discurso pecheutiana, tais formulações não são compreendidas como opiniões individuais isoladas, mas como materialidades discursivas atravessadas por memórias, ideologias e formações discursivas que produzem determinados efeitos de sentido (HENRY, 1992).

Sendo assim, discursos que produzem efeitos de questionamento do pertencimento de identidades trans retomam dizeres historicamente construídos sobre gênero, corpo e legitimidade social, contribuindo para a circulação e atualização de sentidos cisnormativos.

Dessa forma, este trabalho toma como corpus duas sequências discursivas produzidas durante o mesmo acontecimento televisivo. A primeira corresponde à fala de Ratinho acerca da eleição de Erika Hilton; a segunda é constituída pela intervenção de outro integrante do programa, que afirma: “Tá tirando o espaço”.

O objeto desta pesquisa não é a opinião do apresentador Ratinho, mas o funcionamento discursivo produzido no acontecimento televisivo, considerando as

diferentes vozes presentes na cena, as marcas linguístico-discursivas, a materialidade audiovisual e as condições de produção que permitem a circulação de sentidos cisnormativos sobre mulher e representação política.

Assim, busca-se compreender como esses elementos contestam o pertencimento de Erika Hilton à categoria mulher e significam sua presença política como possível perda de espaço para mulheres cisgêneras.

Ao analisar essa materialidade discursiva, pretende-se contribuir para as reflexões acerca das relações entre linguagem, poder e identidade, evidenciando como determinados discursos atuam na produção de fronteiras simbólicas que regulam o reconhecimento social dos sujeitos na contemporaneidade.

As duas sequências foram selecionadas por apresentarem funcionamentos discursivos relacionados, mas não idênticos. Na SD1, observam-se a oposição entre “mulher” e “mulher trans” e a mobilização de critérios biológicos para definir a feminilidade. Na SD2, esses sentidos são retomados e reformulados por meio da afirmação “Tá tirando o espaço”, que significa a presença de Erika Hilton como possível perda para outro grupo. A análise conjunta permite observar tanto a disputa pelos sentidos de mulher quanto a produção de uma lógica de competição entre mulheres cis e trans.

Diante disso, busca-se responder à seguinte questão: como as sequências discursivas produzidas sobre Erika Hilton contestam seu pertencimento à categoria mulher e significam sua presença em um espaço de representação política?

Este trabalho está organizado em cinco seções. Após esta introdução, apresenta-se o quadro teórico, no qual são discutidos os principais conceitos da Análise do Discurso materialista e os estudos de gênero que fundamentam a pesquisa. Em seguida, expõe-se o dispositivo teórico-metodológico utilizado para a constituição do corpus e para o desenvolvimento da análise. Posteriormente, realiza-se a análise das duas sequências discursivas selecionadas e das relações estabelecidas entre elas no interior do acontecimento televisivo. Ao final, apresentam-se as considerações finais, nas quais são retomados os principais resultados e as contribuições da pesquisa.

2 QUADRO TEÓRICO

Este trabalho é fundamentado na Análise do Discurso de vertente materialista, desenvolvida por Michel Pêcheux, na França, e posteriormente difundida e ampliada no Brasil por pesquisadoras como Eni Orlandi e Freda Indursky. Nessa perspectiva, o discurso não é compreendido unicamente como expressão da intenção individual do sujeito que o produz; ele é visto como um efeito de sentidos produzidos historicamente na relação entre língua, ideologia e história (PÊCHEUX, 1997). Assim, os sentidos não são transparentes nem naturais; eles resultam de processos discursivos atravessados por relações de poder e por memórias socialmente constituídas.

Foram mobilizados, como conceitos centrais, a memória discursiva, o interdiscurso, a formação discursiva, o pré-construído, as condições de produção, o efeito de evidência, o equívoco e a paráfrase. Pêcheux (1990) afirma que todo discurso é atravessado pelo interdiscurso, o qual é compreendido como o conjunto de dizeres já produzidos no meio social e que retornam em novas formulações. Esse retorno acontece por meio da memória discursiva, que permite a circulação de sentidos historicamente construídos e que são frequentemente percebidos como evidentes.

A noção de interdiscurso é particularmente relevante para esta investigação, uma vez que os sentidos produzidos sobre mulheres trans não surgem de forma inédita no enunciado analisado. Ao afirmar que "mulher tem que ter útero" ou que "Ela não é mulher. Ela é trans", o apresentador mobiliza dizeres que já circulam historicamente em diferentes espaços sociais, como discursos médicos, religiosos, jurídicos e midiáticos. Esses dizeres retornam por meio da memória discursiva, produzindo o efeito de que determinadas definições sobre gênero constituem verdades evidentes e universais.

Conforme Indursky (2011), a memória discursiva não corresponde a uma simples lembrança do passado, mas ao retorno de formulações que continuam produzindo efeitos de sentido no presente. Assim, os discursos contemporâneos sobre identidades trans encontram-se atravessados por memórias históricas relacionadas à patologização, à medicalização dos corpos e à definição biológica da diferença sexual.

Nesse funcionamento, o pré-construído corresponde ao já-dito que reaparece no discurso como uma verdade aparentemente natural e indiscutível. O efeito de evidência, por sua vez, produz a ilusão de que determinados sentidos são transparentes e independentes da história. Tais conceitos mostram-se particularmente relevantes para esta pesquisa, uma vez que o discurso analisado mobiliza formulações que apresentam a associação entre mulher, útero, maternidade e reprodução como evidências universais.

Sob a perspectiva da Análise do Discurso, entretanto, tais sentidos não são naturais, mas efeitos produzidos historicamente e sustentados por memórias discursivas que retornam sob novas condições de produção.

Também se mostra relevante para esta pesquisa a noção de paráfrase. Conforme Orlandi (2001), os processos parafrásticos correspondem à retomada de sentidos já produzidos por meio de diferentes formulações, contribuindo para a constituição de uma regularidade discursiva.

A paráfrase não implica uma repetição literal, mas a permanência das formulações em uma mesma região de sentidos, ainda que produzidas por sujeitos ou estruturas linguísticas diferentes.

Outro conceito importante para esta pesquisa é o de equívoco. Para Pêcheux (1997), os sentidos nunca permanecem completamente estáveis, uma vez que a linguagem é atravessada pela contradição e pela possibilidade permanente de deslocamento. O equívoco evidencia justamente que os processos de significação escapam ao controle do sujeito e podem produzir sentidos não previstos.

Essa noção mostra-se particularmente produtiva para a análise de discursos sobre gênero. Ainda que determinados enunciados procurem estabelecer definições rígidas sobre quem pode ser reconhecido como mulher, a própria materialidade discursiva frequentemente produz fissuras e contradições que revelam a instabilidade desses sentidos. O equívoco permite observar, portanto, como o discurso tenta estabilizar significados que são permanentemente atravessados pela disputa.

A noção de formação discursiva ocupa lugar central na Análise do Discurso materialista. Segundo Pêcheux (1997), uma formação discursiva determina aquilo que pode e deve ser dito a partir de determinada posição ideológica. Isso significa

que os sentidos não estão disponíveis livremente para qualquer sujeito, mas são produzidos dentro de limites históricos e ideológicos específicos.

No caso desta pesquisa, interessa particularmente compreender o funcionamento de uma formação discursiva cisnormativa. Tal formação discursiva autoriza sentidos que associam a categoria mulher ao sexo biológico, à reprodução e à maternidade, ao mesmo tempo em que dificulta ou interdita sentidos que reconhecem mulheres trans como pertencentes a essa categoria.

Dessa forma, a disputa observada no corpus não ocorre apenas entre opiniões divergentes, mas entre diferentes formações discursivas que procuram definir quem pode ser reconhecido como mulher e quais critérios legitimam esse reconhecimento.

Outro aspecto importante para esta pesquisa diz respeito às condições de produção do discurso. Conforme Orlandi (2001), os sentidos não são produzidos apenas pelas palavras utilizadas, mas também pelas posições ocupadas pelos sujeitos, pelas relações de força presentes na cena enunciativa e pelas circunstâncias históricas de sua formulação.

Considerar as condições de produção permite compreender que o discurso analisado não circula em um espaço neutro, mas em um programa televisivo de alcance nacional, atravessado por relações de poder que influenciam a produção e a circulação dos sentidos.

No que se refere às discussões sobre gênero, este trabalho dialoga com as contribuições de Judith Butler (2015), cuja reflexão problematiza as concepções que fundamentam a identidade de gênero exclusivamente no sexo biológico, compreendendo o gênero como uma construção histórica, social e discursiva. Essa discussão também se relaciona ao conceito de cisnormatividade, entendido como um regime de inteligibilidade que estabelece as experiências cisgêneras como padrão universal de reconhecimento social (VERGUEIRO, 2015).

Essa discussão é particularmente importante para o presente trabalho, pois o corpus analisado produz justamente uma disputa em torno dos critérios que definem quem pode ou não ser reconhecido como mulher. Nesse contexto, a cisnormatividade funciona como um conjunto de sentidos que procura estabilizar a relação entre sexo biológico, identidade de gênero e reconhecimento social, restringindo outras formas de significar a feminilidade.

Sob essa perspectiva, os efeitos de exclusão não se produzem apenas por meio de insultos ou agressões explícitas, mas também por discursos que questionam pertencimentos e estabelecem fronteiras entre sujeitos considerados legítimos e ilegítimos.

Essa compreensão é fundamental para a análise proposta, uma vez que o corpus não se organiza predominantemente por meio de insultos lexicais diretos; seus efeitos decorrem principalmente de mecanismos que questionam o pertencimento de Erika Hilton à categoria mulher e sua legitimidade para ocupar espaços de representação política. Nessa perspectiva, a análise proposta busca compreender como tais efeitos são produzidos discursivamente e como participam da construção de sentidos sobre gênero na sociedade contemporânea.

3 DISPOSITIVO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e interpretativa, cujo objetivo é compreender os processos de produção de sentido materializados no discurso, levando em consideração a sua relação com a história, a ideologia e as condições de produção.

O corpus desta pesquisa é constituído por duas sequências discursivas recortadas de um mesmo acontecimento televisivo, produzido durante a edição do Programa do Ratinho exibida pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), em 11 de março de 2026. Na ocasião, o apresentador comentou a eleição da deputada federal Erika Hilton para a presidência da Comissão das Mulheres da Câmara dos Deputados.

Nessa perspectiva, conforme Mazière (2007) o corpus constitui um “dispositivo de observação apto a revelar, a permitir apreender o objeto discurso”. Logo, ele não é compreendido como um conjunto neutro ou meramente ilustrativo de enunciados.

Para a constituição do corpus, foi realizada a transcrição do recorte audiovisual em que o assunto é abordado, preservando-se as formulações verbais e os elementos não verbais relevantes para o gesto analítico. Desse recorte, foram selecionadas duas sequências por apresentarem maior produtividade para os objetivos da pesquisa.

A SD1 corresponde à fala do apresentador Ratinho e reúne formulações como “com tanta mulher”, “uma mulher trans”, “ela não é mulher”, “tem que ter útero” e “tem que menstruar”, assim como elementos audiovisuais. A SD2 corresponde à intervenção de outro integrante do programa, que afirma: “Tá tirando o espaço”. Como não foi possível confirmar, a partir do material consultado, a identificação do participante, ele será referido neste trabalho como “integrante do programa”.

A escolha da SD1 justifica-se por ela concentrar formulações que colocam em disputa os critérios de pertencimento à categoria mulher e mobilizam características biológicas como fundamento da feminilidade. A SD2 foi selecionada porque retoma os sentidos produzidos na primeira sequência e os reformula a partir de uma lógica de retirada e perda de espaço. Sua inclusão permite observar como a contestação da identidade de Erika Hilton se articula à representação de sua presença política como ameaça às mulheres cisgêneras.

A análise privilegiou marcas linguístico-discursivas como a oposição entre “mulher” e “mulher trans”, a negação “ela não é mulher”, a repetição da construção “tem que”, a forma verbal progressiva “tá tirando”, o verbo “tirar”, o artigo definido presente em “o espaço” e os elementos não explicitados que podem ser recuperados pela relação entre as duas sequências. Também se examinou o movimento parafrástico pelo qual a SD2 retoma e reformula os sentidos da SD1.

Por se tratar de um acontecimento televisivo, a análise não se restringiu à dimensão verbal das sequências discursivas. Também foram considerados elementos da materialidade audiovisual, como entonação, gestualidade, movimentação corporal e reações da plateia, sempre que esses aspectos participaram da produção dos efeitos de sentido. Na transcrição, as indicações entre colchetes registram elementos não verbais considerados relevantes para o gesto analítico. Mesmo que o trecho analisado tenha circulado em diferentes meios digitais e veículos de comunicação, o corpus do estudo corresponde à materialidade discursiva originalmente produzida no espaço televisivo.

Tal escolha se justifica pela relevância da televisão como meio de produção, circulação e legitimação de sentidos na sociedade brasileira; o discurso analisado é produzido em um ambiente institucionalizado de comunicação de massa, no qual o sujeito ocupa uma posição de autoridade discursiva sustentada pela visibilidade nacional do programa e pelo alcance histórico da emissora.

O gesto analítico incidiu sobre as marcas linguístico-discursivas e audiovisuais do recorte, mobilizando os conceitos apresentados no quadro teórico para compreender os efeitos de sentido produzidos e sua relação com a memória, o interdiscurso e as condições de produção. A análise foi realizada a partir das marcas linguístico-discursivas presentes nas duas sequências, considerando tanto seus funcionamentos específicos quanto as relações de retomada e reformulação estabelecidas entre elas.

Desse modo, busca-se compreender como as duas sequências produzem efeitos de contestação do pertencimento de Erika Hilton à categoria mulher, significam sua presença institucional como possível retirada de espaço e participam da circulação de sentidos sobre gênero, representação política e reconhecimento social.

4 GESTO DE ANÁLISE

A análise, neste capítulo, aborda duas sequências discursivas que constituem o corpus da pesquisa, considerando suas marcas linguístico-discursivas, a materialidade visual e as condições de produção do acontecimento televisivo. A análise mobiliza os conceitos da AD apresentados no quadro teórico com o objetivo de compreender como os sentidos de mulher, pertencimento e representação são produzidos, retomados e disputados nas sequências discursivas selecionadas.

4.1 ANÁLISE DO ACONTECIMENTO TELEVISIVO

SD1: Fala do apresentador Ratinho

Figura 1 — Sequência de frames com o apresentador durante o discurso



Fonte: Programa do Ratinho, SBT, 11 mar. 2026. Capturas de tela selecionadas pelo autor em 10 jun. 2026.

No trecho retirado do programa, o qual tem duração de 2 minutos e 4 segundos, o apresentador está posicionado no meio das duas arquibancadas da plateia. Ele se dirige à câmera e se movimenta de modo a olhar também para a plateia e para os convidados do programa. Nesse movimento, mantém intensa gestualidade com os braços e realiza gestos amplos e enfáticos. A fala foi ao ar no dia 11 de março de 2026, uma quarta-feira, por volta das 22h30, considerado o horário nobre da TV, na emissora SBT.

Antes de analisar a sequência discursiva, é importante considerar suas condições de produção. O enunciado não é produzido em um espaço privado ou em uma conversa cotidiana, mas em um programa televisivo de alcance nacional, conduzido por um apresentador amplamente reconhecido pelo público brasileiro.

Dessa forma, os sentidos produzidos não podem ser compreendidos apenas como opiniões individuais, mas como formulações que circulam em um espaço

institucionalizado de produção de discursos. Conforme Orlandi (2001), as condições de produção envolvem as posições ocupadas pelos sujeitos, as relações de força presentes na cena enunciativa e as formações ideológicas que atravessam o dizer.

SD1: Eu não achei muito justo, não, com tanta mulher. Por que vai dar pra uma mulher trans? A Erika Hilton. Ela não é mulher. Ela é trans. Eu não tenho nada contra a trans. Mas se tem outras mulheres, a mulher mesmo, que mulher pra ser mulher tem que ser mulher, gente. Tem que ter útero. Tem que ter... Menstruar. Tem que ficar chata uns três ou quatro dias [o apresentador amplia os gestos; a plateia ri]. Então, pra quem não sabe, a deputada Erika Hilton é trans. Mas será que ela entende dos problemas e desafios de uma pessoa que nasceu mulher? Vamos nos modernizar. Vamos ter inclusão. Mas não precisa exagerar. Não precisa exagerar. Estão exagerando.

Produzida no contexto da eleição de Erika Hilton para a presidência da Comissão das Mulheres, a SD1 coloca em circulação uma disputa acerca de quem pode ocupar esse espaço institucional e ser reconhecido socialmente como mulher.

Segundo Pêcheux (1990), o discurso não é resultado da intenção individual de um sujeito, mas um efeito de sentidos produzido historicamente no interior de formações ideológicas. Desse modo, busca-se compreender as memórias discursivas mobilizadas na formulação e os efeitos de sentido produzidos por elas.

Sob essa perspectiva, interessa menos identificar uma opinião individual do apresentador do que compreender o funcionamento de uma formação discursiva cisnormativa no acontecimento televisivo. A cisnormatividade não se reduz à defesa da cisgeneridade, mas constitui um modo de organizar os sentidos sobre quem pode ser reconhecida como mulher e quais critérios legitimam esse reconhecimento. Assim, a análise busca mostrar como esse funcionamento discursivo é atualizado na materialidade examinada, produzindo efeitos sobre identidade, pertencimento e representação política.

Destaca-se, inicialmente, o enunciado: *"Eu não achei muito justo, não, com tanta mulher. Por que vai dar pra uma mulher trans?"*. Na articulação entre as formulações "com tanta mulher" e "uma mulher trans", produz-se uma separação entre as duas categorias. A primeira construção apresenta um conjunto de mulheres consideradas disponíveis e legítimas para ocupar o cargo, enquanto Erika Hilton é situada fora desse conjunto por meio da especificação "trans".

O uso da primeira pessoa em *"eu não achei muito justo"* produz um efeito de opinião individual. Entretanto, essa formulação é enunciada a partir de uma posição de autoridade midiática. Ratinho não fala apenas como indivíduo, mas como apresentador de televisão, figura pública e sujeito investido de legitimidade por um meio de comunicação de alcance nacional. Assim, o efeito de pessoalidade produzido pelo "eu" contribui para mascarar as condições institucionais que sustentam o discurso.

Nesse funcionamento discursivo, o sujeito fala como se fosse óbvia a existência de uma diferença fundamental entre "mulher" e "mulher trans". Entretanto, essa diferença não é natural; ela é produzida historicamente por discursos médicos, religiosos, jurídicos e morais que construíram essa memória discursiva, a qual se baseia na centralidade do sexo biológico como critério determinante para o reconhecimento social, materializando o que Pêcheux (1997) denomina pré-construído, ou seja, aquilo que já foi dito anteriormente e retorna ao discurso como evidência.

Essa memória discursiva, conforme Indursky (2011), corresponde ao retorno de dizeres historicamente produzidos que continuam orientando novas formulações. Tais sentidos não se restringem ao acontecimento analisado, mas circulam em pronunciamentos políticos, discursos religiosos, debates midiáticos e outros espaços sociais nos quais a categoria mulher é associada exclusivamente ao sexo biológico. Desse modo, Ratinho não inaugura essa associação, mas reinscreve, sob novas condições de produção, formulações já disponíveis no interdiscurso (PÊCHEUX, 1997).

Butler (2015) problematiza a naturalização da relação entre sexo e gênero ao demonstrar que as identidades de gênero são produzidas por normas reiteradas de reconhecimento social. Desse modo, os sentidos mobilizados no corpus não decorrem de evidências biológicas, mas de processos históricos de significação que regulam quem pode ser reconhecido como mulher.

De acordo com Vergueiro (2015), a cisnormatividade constitui um regime de inteligibilidade que estabelece as experiências cisgêneras como parâmetro universal de reconhecimento social, significando outras identidades como desvios ou exceções. No corpus analisado, esse funcionamento materializa-se quando Ratinho questiona a eleição de Erika Hilton e mobiliza uma formação discursiva cisnormativa

que associa a categoria mulher ao sexo biológico, produzindo efeitos de legitimidade para determinadas posições-sujeito e restringindo outras formas de identificação.

Destaca-se, ainda, a recorrência do termo "mulher trans". Do ponto de vista discursivo, essa formulação materializa a disputa pelos sentidos de "mulher". Por que o sujeito utiliza "mulher trans" e não somente "trans"? Se Erika fosse totalmente excluída do grupo das mulheres, não seria necessário especificar sua identificação como mulher por meio do termo "trans".

A oscilação entre as formulações "uma mulher trans" e "ela não é mulher. Ela é trans" torna visível, no próprio intradiscurso, a coexistência de sentidos concorrentes. Na primeira designação, Erika Hilton ainda é inscrita na categoria mulher, embora especificada pelo termo "trans"; na formulação seguinte, o discurso procura romper esse pertencimento, estabelecendo uma oposição entre "mulher" e "trans".

Essa alternância evidencia que o dizer não se organiza de modo homogêneo e que seus sentidos não permanecem inteiramente sob o controle do sujeito. A contradição observada decorre do atravessamento do intradiscurso pelo interdiscurso: ao mesmo tempo que circulam sentidos vinculados a uma formação discursiva cisnormativa, que condiciona a feminilidade ao sexo biológico, também circulam sentidos que reconhecem mulheres trans como mulheres.

A cisnormatividade manifesta-se justamente nesse esforço permanente de estabilizar os sentidos da categoria mulher. Entretanto, a própria necessidade de negar o pertencimento de Erika Hilton evidencia que essa estabilidade nunca é completa. O funcionamento discursivo revela que a categoria mulher permanece atravessada por disputas, nas quais diferentes formações discursivas produzem critérios concorrentes de reconhecimento.

A expressão "mulher trans", portanto, reinscreve uma disputa anterior sobre os critérios de pertencimento à categoria mulher, fazendo emergir, na própria materialidade, a instabilidade desses sentidos (PÊCHEUX, 1997).

Essa oscilação não deve ser compreendida como uma simples incoerência individual. Orlandi (2010) observa que o texto pode ser atravessado por diferentes formações discursivas e posições-sujeito, o que o torna constitutivamente heterogêneo. Nessa perspectiva, a alternância entre "mulher trans" e "trans" torna

visível, no próprio intradiscurso, o confronto entre sentidos distintos acerca do pertencimento à categoria mulher.

Como explica Lagazzi-Rodrigues (2010), a equivocidade não corresponde a um erro da linguagem, mas à possibilidade de que formulações sejam atravessadas por sentidos contraditórios. Assim, a materialidade analisada não apresenta um sentido único, mas deixa emergir a disputa entre reconhecimento e negação.

Na sequência, o apresentador afirma: "*Ela não é mulher. Ela é trans*". Essa construção sintática é composta por uma negação seguida de uma substituição: primeiro, Erika é retirada da categoria "mulher"; em seguida, atribui-se a ela a categoria "trans". Essa formulação produz efeitos de sentido que posicionam Erika Hilton fora do grupo socialmente reconhecido como mulher.

É relevante observar a posição-sujeito a partir da qual essa definição é produzida. A classificação do que é ou não é uma mulher não é enunciada por uma autoridade médica, jurídica ou científica, mas por uma figura midiática masculina que ocupa uma posição privilegiada de fala na televisão brasileira.

A autoridade simbólica associada à posição midiática do apresentador favorece a circulação de uma definição biologizante da feminilidade. O enunciado reinscreve-se, assim, em uma formação discursiva cisnormativa que delimita os sentidos possíveis para mulher e projeta posições-sujeito como as da "mulher biológica", da mãe e da mulher cisgênera. Nesse funcionamento, outras formas de identificação têm sua legitimidade restringida, o que evidencia a regulação discursiva dos corpos e das identidades mencionada por Bento (2006).

Embora afirme que "ela não é mulher", o apresentador refere-se a Erika Hilton por formas linguisticamente marcadas no feminino, como "ela" e "deputada". A própria formulação mobiliza, portanto, marcas que tensionam a negação pretendida. Esse movimento pode ser compreendido como equívoco, pois o discurso procura excluir Erika da categoria mulher, mas deixa emergir sentidos que reinscrevem sua feminilidade na materialidade linguística (PÊCHEUX, 1997).

A formulação "*eu não tenho nada contra a trans*", a qual dá sequência ao discurso do apresentador, constrói inicialmente uma imagem de tolerância e imparcialidade para o sujeito que enuncia. Entretanto, ela é seguida pela conjunção adversativa "mas", que introduz novamente argumentos destinados a negar o pertencimento de Erika Hilton à categoria mulher. Desse modo, o enunciado inicial

não elimina os sentidos de exclusão produzidos na sequência, mas funciona como uma forma de antecipar a possibilidade de que o discurso seja interpretado como preconceituoso.

Conforme Pêcheux (1990), o sujeito formula seu dizer a partir das imagens que constrói de si e de seus interlocutores. Nesse caso, a defesa antecipada indica que a possibilidade de o enunciado produzir efeitos de negação do reconhecimento das identidades trans já está presente no interdiscurso.

Em seguida, aparece um dos trechos mais significativos da sequência. No trecho, ele diz: *“Mulher pra ser mulher tem que ser mulher, gente. Tem que ter útero. Tem que menstruar. Tem que ficar chata uns três ou quatro dias”*.

Nessa formulação, a repetição do substantivo não apresenta propriamente uma definição, mas constrói o sentido de que o significado de “mulher” já seria conhecido e compartilhado pelos interlocutores. Essa aparente obviedade é reforçada pela repetição da construção “tem que” em “tem que ter útero” e “tem que menstruar”. A expressão assume valor de necessidade e não abre espaço para outras possibilidades de significação da categoria.

Ao transformar determinadas características anatômicas e fisiológicas em condições obrigatórias e universais, o discurso apaga o caráter histórico dessa definição. É por meio dessas marcas que se produz o efeito de evidência: a associação entre mulher, útero e menstruação aparece como natural, transparente e independente das disputas ideológicas que a sustentam.

Embora o enunciado procure apresentar esses critérios como evidentes e universais, a própria necessidade de explicitá-los revela que eles não são consensuais. A formulação *“tem que ter útero”* responde a uma disputa já instalada no espaço social acerca dos critérios de reconhecimento da categoria mulher. Assim, o efeito de evidência produzido pelo discurso busca estabilizar sentidos que permanecem atravessados pelo conflito entre diferentes formações discursivas.

A repetição desses critérios biológicos evidencia o funcionamento da formação discursiva cisnormativa. Ao associar mulher ao útero, à menstruação e ao nascimento, essa formação discursiva procura estabilizar uma definição biologizante da feminilidade, produzindo um efeito de naturalidade. O corpo cisgênero deixa de aparecer como uma possibilidade histórica entre outras e passa a funcionar como parâmetro universal para o reconhecimento da categoria mulher.

Na formulação “*a mulher mesmo*”, o termo “mesmo” funciona como marcador de autenticidade, produzindo o sentido de que haveria uma mulher verdadeira em oposição a outras formas consideradas menos legítimas de pertencimento à categoria. Essa autenticidade não é definida explicitamente nesse primeiro momento, mas é preenchida posteriormente pelas formulações “tem que ter útero”, “tem que menstruar” e “nasceu mulher”. Assim, “mulher mesmo” antecipa a definição cisnormativa que será construída ao longo da sequência.

Chama a atenção o fato de que os critérios mobilizados para definir a categoria mulher são formulados por um sujeito masculino que ocupa o centro da cena televisiva. Dessa forma, não está em jogo apenas a definição da identidade feminina, mas também a legitimidade de quem pode produzir essa definição. As condições de produção revelam uma relação de poder na qual a experiência feminina é significada a partir de uma posição exterior a ela, mas investida de autoridade pela mídia.

A associação entre feminilidade, maternidade e reprodução atualiza um imaginário patriarcal historicamente construído. Como observa Beauvoir (1970), a condição feminina foi socialmente vinculada à função reprodutiva; Bento (2006), por sua vez, demonstra que essa lógica também sustenta processos de patologização das identidades trans, produzindo efeitos de exclusão que permanecem em circulação no discurso contemporâneo.

A recorrência da palavra “mulher” ao longo de toda a sequência discursiva também merece atenção. O termo aparece repetidamente em formulações como “*com tanta mulher*”, “*mulher trans*”, “*ela não é mulher*”, “*a mulher mesmo*”, “*mulher pra ser mulher*” e “*nasceu mulher*”.

Essa repetição produz um efeito de saturação semântica que evidencia uma disputa pelos sentidos da categoria. Quanto mais o sujeito procura definir o que é uma mulher, mais revela que esse sentido não está estabilizado. A necessidade constante de retornar ao termo indica que a categoria encontra-se atravessada por conflitos discursivos contemporâneos.

Figura 2 — Sequência de frames do apresentador no palco, gesticulando durante a apresentação



Fonte: Programa do Ratinho, SBT, 11 mar. 2026. Capturas de tela selecionadas pelo autor em 10 jun. 2026.

A materialidade discursiva não se restringe ao enunciado verbal. No momento em que Ratinho afirma que *"mulher tem que ter útero"*, *"tem que menstruar"* e *"tem que ficar chata uns três ou quatro dias"*, observa-se uma intensificação da performance corporal do apresentador, acompanhada pelo riso da plateia presente no auditório.

Ao discutir a relação do sujeito com diferentes formas de linguagem, Lagazzi-Rodrigues (2010) inclui as produções imagéticas e filmicas entre as formulações significantes. Desse modo, os gestos, a entonação, a movimentação corporal e as reações da plateia não funcionam apenas como elementos acessórios da cena, mas participam da constituição dos efeitos de sentido do acontecimento televisivo.

Os gestos amplificados e a entonação caricatural produzem um efeito de humor que desloca a fala do campo da argumentação para o campo do entretenimento. No entanto, esse deslocamento não neutraliza os efeitos ideológicos do discurso. Ao contrário, o humor participa da circulação desses sentidos e pode produzir um efeito de legitimação ao apresentá-los sob a forma de entretenimento.

A formulação *"tem que ficar chata uns três ou quatro dias"* não se limita à dimensão biológica da menstruação. Ela mobiliza uma memória discursiva segundo a qual o comportamento feminino seria determinado por processos fisiológicos, retomando discursos historicamente produzidos sobre a suposta instabilidade emocional das mulheres. Nesse funcionamento, a feminilidade é associada não apenas ao corpo, mas também a determinadas características comportamentais naturalizadas socialmente.

Observa-se, assim, uma contradição no próprio funcionamento discursivo. Ao mesmo tempo em que o apresentador procura legitimar sua posição por meio da aparente defesa das mulheres, mobiliza sentidos historicamente associados à instabilidade emocional feminina.

Há, ainda, uma progressão discursiva na sequência *"tem que ter útero"*, *"tem que menstruar"* e *"tem que ficar chata uns três ou quatro dias"*. O discurso desloca-se do plano anatômico para o fisiológico e, posteriormente, para o comportamental, ampliando os critérios mobilizados para definir quem pode ser reconhecida como mulher.

A construção interrogativa *"mas será que ela entende dos problemas e desafios de uma pessoa que nasceu mulher?"* não funciona, nesse contexto, como uma pergunta destinada à obtenção de uma resposta. Ela instala uma suspeita sobre a capacidade de Erika Hilton de compreender as experiências das mulheres. Essa suspeita é sustentada pela expressão "uma pessoa que nasceu mulher", que apresenta o nascimento e o corpo cisgênero como critérios de autenticidade da experiência feminina.

Assim, o enunciado produz o sentido de que somente mulheres cisgêneras estariam autorizadas a compreender e representar politicamente as mulheres. A negação identitária é, portanto, ampliada para uma forma de deslegitimação institucional. Essa disputa relaciona-se aos processos de reconhecimento discutidos por Butler (2019), uma vez que eles determinam quais sujeitos podem ocupar posições social e politicamente legítimas.

Esse efeito de deslegitimação institucional também é objeto de disputa, pois outras formações discursivas reconhecem a identidade de gênero como fundamento legítimo para a representação política das mulheres.

Esse funcionamento reaparece no pronunciamento realizado por Nikolas Ferreira na Câmara dos Deputados, em 2023, quando o parlamentar utilizou uma peruca para afirmar que "se sentia mulher"¹. Embora produzido em condições distintas, o acontecimento também mobiliza o sexo biológico como critério para definir a categoria mulher e questiona a identidade trans por meio da ridicularização.

¹ O deputado Nikolas Ferreira, no dia 8 de março de 2023, Dia Internacional da Mulher, subiu ao púlpito na Câmara dos Deputados, vestiu uma peruca e disse que "se sentia mulher" e que seu nome era "Nicole". O episódio foi posteriormente objeto de decisão judicial relacionada à prática de transfobia.

A regularidade entre as formulações evidencia que tais sentidos não pertencem a um sujeito específico, mas circulam no interdiscurso e são atualizados por diferentes posições-sujeito nos campos político e midiático.

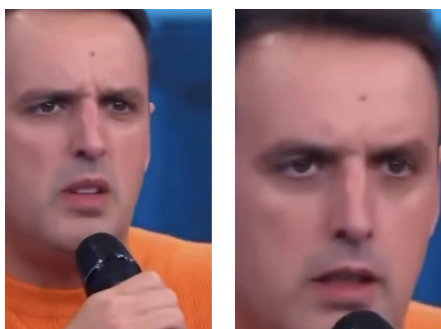
Dando sequência à fala, o apresentador destaca: *“Vamos nos modernizar. Vamos ter inclusão. Mas não precisa exagerar.”*

A formulação produz inicialmente um efeito de concordância com os discursos contemporâneos de reconhecimento da diversidade. Entretanto, a conjunção “mas” interrompe esse movimento e introduz a restrição *“não precisa exagerar”*. A repetição de “exagerar” e “estão exagerando” desloca a inclusão do campo do direito para o campo do excesso, como se o pertencimento de Erika Hilton ultrapassasse um limite considerado aceitável. Somente determinadas formas de inclusão seriam, portanto, admitidas. Essa relação entre aparente concordância e restrição permite observar o movimento contraditório do discurso: afirma-se a inclusão em termos gerais, mas nega-se sua realização no caso concreto.

4.2 ANÁLISE DA INTERVENÇÃO

SD2: *[Durante a fala do apresentador, um integrante do programa intervém] “Tá tirando o espaço.”*

Figura 3 — Sequência de frames do integrante do programa



Fonte: Programa do Ratinho, SBT, 11 mar. 2026. Capturas de tela selecionadas pelo autor em 10 jun. 2026.

Além dos sentidos produzidos pela manifestação verbal do apresentador, o acontecimento discursivo é atravessado pela intervenção de outro integrante do programa. Essa segunda formulação foi recortada como SD2 por retomar e reformular os sentidos anteriormente mobilizados, produzindo um efeito de concordância no interior da cena televisiva.

Embora seja constituída por uma formulação breve, a SD2 concentra sentidos importantes para a compreensão do acontecimento discursivo. A construção “tá tirando” corresponde à forma reduzida de “está tirando” e apresenta a ação como um processo em curso. Não se formula que Erika Hilton “poderia tirar”, “talvez tirasse” ou que o integrante “considera” haver uma retirada. A ausência de marcas explícitas de dúvida ou de modalização produz o efeito de que a perda do espaço já estaria efetivamente ocorrendo. A formulação apresenta, portanto, como constatação aquilo que resulta de uma determinada posição discursiva.

O verbo “tirar” é igualmente produtivo para a análise. A eleição de Erika Hilton poderia ser significada por verbos como “ocupar”, “conquistar”, “assumir” ou “representar”. Entretanto, a escolha de “tirar” desloca o acontecimento do campo da participação política para o campo da privação.

O verbo pressupõe uma relação entre alguém que retira, algo que é retirado e alguém que sofre essa perda. Desse modo, a presença de Erika na Comissão das Mulheres não aparece como ampliação da representação, mas como uma ação que produziria prejuízo para outro grupo.

A formulação não explicita quem estaria realizando a ação, de quem o espaço seria retirado nem qual seria exatamente esse espaço. O sujeito de “tá tirando” pode ser recuperado pelo co-texto como Erika Hilton, mas também pode produzir um efeito de generalização que abrange mulheres trans. O grupo que sofreria a retirada também não é nomeado diretamente; porém, as formulações anteriores - “com tanta mulher” e “a mulher mesmo” - permitem recuperar as mulheres cisgêneras como aquelas que seriam privadas de um lugar. Os elementos não formulados encontram-se disponíveis no interdiscurso e são preenchidos a partir dos sentidos já produzidos na SD1.

Também merece atenção a presença do artigo definido em “o espaço”. Não se fala em “um espaço”, como se estivesse em jogo a conquista de uma nova posição, mas em “o espaço”, apresentado como algo já conhecido, delimitado e pertencente a determinados sujeitos. O artigo definido produz o efeito de que esse espaço já seria conhecido e delimitado pelos interlocutores. Esse funcionamento articula-se ao pré-construído segundo o qual haveria um espaço feminino previamente constituído e destinado a determinados sujeitos. A eleição de Erika é

significada, nessa lógica, como ocupação indevida de um lugar que pertenceria originalmente às mulheres cisgêneras.

O substantivo “espaço”, entretanto, não possui um único referente estabilizado. Em um primeiro nível, pode designar a presidência da Comissão das Mulheres. Em uma dimensão mais ampla, pode significar os lugares de representação política destinados às mulheres, o direito de falar em nome delas e até o próprio pertencimento à categoria mulher.

Essa abertura possibilita que uma formulação curta produza efeitos que ultrapassam o cargo específico: o que estaria sendo “tirado” não seria apenas uma função institucional, mas visibilidade, voz, reconhecimento e legitimidade política.

A SD2 constrói, assim, uma lógica de competição entre mulheres cis e trans. Nessa organização dos sentidos, o reconhecimento de mulheres trans não é apresentado como ampliação de direitos ou de participação, mas como perda para as mulheres cisgêneras.

Produz-se uma lógica segundo a qual o reconhecimento de um grupo implicaria necessariamente uma perda para outro. Esse funcionamento encontra sustentação em uma formação discursiva cisnormativa que estabelece previamente quais sujeitos seriam legítimos ocupantes dos espaços destinados às mulheres.

A lógica de competição entre mulheres cis e trans encontra sustentação em uma formação discursiva cisnormativa, que estabelece previamente quais sujeitos seriam legítimos ocupantes dos espaços destinados às mulheres. Nesse funcionamento, a mulher cisgênera é projetada como ocupante legítima, enquanto a mulher trans é significada como responsável por uma retirada ou perda. Desse modo, sua presença não aparece como ampliação da representação política, mas como invasão de um espaço considerado previamente pertencente às mulheres cisgêneras.

A intervenção também modifica a cena enunciativa. A SD1 começa com “eu não achei muito justo”, formulação que produz um efeito de opinião individual. Quando outro integrante intervém com “tá tirando o espaço”, o dizer de Ratinho recebe uma forma de confirmação no interior do programa.

A intervenção da segunda voz produz um efeito de concordância e condensa a argumentação anterior em uma formulação breve e assertiva. Produz-se, desse modo, um efeito de ratificação: o sentido deixa de circular somente na voz do

apresentador e passa a aparecer como compartilhado por outro participante da cena televisiva.

Esse efeito não deve ser confundido com a comprovação de que todos os presentes ou todos os telespectadores concordam com o enunciado. O que a materialidade permite observar é a presença de uma segunda voz que se alinha à posição do apresentador.

A intervenção contribui para a construção de um efeito de evidência coletiva, pois transforma uma avaliação inicialmente marcada pelo “eu” em um sentido que recebe confirmação pública diante da plateia e das câmeras.

A relação entre as duas sequências pode ser compreendida como um movimento parafrástico. Conforme Orlandi (2001), a paráfrase corresponde à retomada de sentidos sob diferentes formulações, participando de sua estabilização. Enquanto a SD1 separa “mulher” de “mulher trans” e questiona a legitimidade de Erika Hilton para ocupar a Comissão, a SD2 reformula essa separação por meio da imagem de uma retirada.

“Ela não é mulher” e “tá tirando o espaço” não constituem formulações idênticas, mas filiam-se à mesma região de sentidos: a primeira contesta seu pertencimento; a segunda apresenta sua presença institucional como perda para as mulheres consideradas legítimas.

O interdiscurso sustenta essa reformulação ao disponibilizar dizeres nos quais a ampliação de direitos de grupos historicamente questionados é representada como ameaça aos direitos de outros sujeitos. Ratinho e o integrante do programa não inauguram essa lógica.

Eles retomam sentidos que circulam em debates políticos, midiáticos e sociais nos quais o reconhecimento de identidades trans é frequentemente significado como apagamento, substituição ou perda de espaço das mulheres cisgêneras. Na SD2, esses dizeres anteriores são condensados em uma formulação cotidiana e aparentemente espontânea.

A expressão “tá tirando o espaço” também produz um apagamento da instituição responsável pela decisão política. Erika Hilton não ocupa o cargo por uma ação individual de tomada, mas em decorrência de um processo institucional de eleição.

Entretanto, ao colocá-la na posição gramatical implícita de agente da retirada, a formulação individualiza o acontecimento e desloca o foco do processo eleitoral para o corpo e para a identidade da deputada. A instituição desaparece da formulação, enquanto Erika passa a ser significada como responsável direta pela suposta perda sofrida por outras mulheres.

Desse modo, a SD2 acrescenta à análise um funcionamento específico. Não se trata somente de negar a Erika Hilton o reconhecimento de sua identidade como mulher, mas de significar sua presença como ameaça a um espaço apresentado como propriedade de outro grupo.

A formulação estabelece posições distintas: as mulheres cisgêneras aparecem como sujeitos que possuem e perdem o espaço, enquanto as mulheres trans são posicionadas como responsáveis por sua retirada ou perda. A intervenção revela, portanto, como a disputa pelos sentidos de mulher se articula a uma disputa pelos sentidos de representação, pertencimento e legitimidade política.

Por circularem em horário nobre, em uma emissora de alcance nacional, os enunciados são produzidos a partir de uma posição institucional de ampla visibilidade. Conforme Thompson (1998), os meios de comunicação de massa ocupam lugares privilegiados na produção e circulação de formas simbólicas. Assim, a posição ocupada pelo apresentador favorece não apenas a difusão, mas também a legitimação e a possível estabilização dos sentidos mobilizados no acontecimento discursivo.

5 CONCLUSÃO

As análises realizadas permitiram compreender que os sentidos produzidos nas sequências discursivas examinadas não se restringem à identidade individual de Erika Hilton, mas colocam em funcionamento uma disputa mais ampla acerca dos critérios pelos quais a categoria mulher é significada e da legitimidade dos sujeitos que ocupam espaços de representação política.

A articulação entre as formulações “com tanta mulher”, “uma mulher trans” e “ela não é mulher” produz uma separação entre sujeitos considerados legítimos para ocupar a Comissão das Mulheres e aqueles cujo pertencimento é colocado em questão. Desse modo, a controvérsia envolve também a definição de quais sujeitos podem ocupar posições institucionais de representação.

A análise evidenciou o funcionamento de uma formação discursiva cisnormativa que associa a feminilidade ao sexo biológico, ao útero, à menstruação e à reprodução. As construções “mulher pra ser mulher tem que ser mulher”, “tem que ter útero” e “tem que menstruar” apresentam esses critérios sob a forma de necessidade, produzindo um efeito de evidência segundo o qual a definição de mulher seria natural e compartilhada por todos. Entretanto, a necessidade de repetir e explicitar essas características demonstra que tais sentidos não são consensuais, mas disputados por diferentes formações discursivas.

A análise da SD2 ampliou essa compreensão ao mostrar que a presença de Erika Hilton não é significada apenas como exterior à categoria mulher, mas também como ameaça a um espaço apresentado como pertencente às mulheres cisgêneras.

Na formulação “Tá tirando o espaço”, o verbo “tirar” transforma a eleição da deputada em uma ação de privação, enquanto a expressão “o espaço” produz o efeito de um lugar já delimitado e previamente destinado a determinados sujeitos. Dessa forma, a representação política é organizada por uma lógica de competição na qual o reconhecimento de mulheres trans corresponderia à perda de direitos, voz ou visibilidade para mulheres cisgêneras.

A intervenção de uma segunda voz também produz um efeito de ratificação no interior da cena televisiva. A formulação retoma parafrasticamente os sentidos da SD1: enquanto “ela não é mulher” contesta o pertencimento de Erika Hilton, “Tá tirando o espaço” significa sua presença institucional como perda para as mulheres consideradas legítimas. As duas sequências não são idênticas, mas se filiam à

mesma região de sentidos e revelam como uma formação discursiva cisnormativa circula entre diferentes vozes no interior do programa.

O interdiscurso mostrou-se fundamental para a compreensão do corpus. As formulações analisadas não inauguram os sentidos que associam a figura da mulher ao sexo atribuído no nascimento, mas retomam dizeres que circulam em espaços políticos, religiosos e midiáticos.

Ao mesmo tempo, a expressão “mulher trans” deixa entrever a presença de discursos que reconhecem mulheres trans como mulheres. O próprio intradiscurso apresenta, assim, uma oscilação entre reconhecimento e negação, evidenciando a coexistência de sentidos concorrentes.

Essa tensão também se manifesta no equívoco. Ao afirmar “ela não é mulher”, o apresentador procura excluir Erika Hilton dessa categoria, mas se refere a ela por meio de formas linguisticamente marcadas no feminino, como “ela” e “deputada”. A oscilação entre “mulher trans” e “trans” também demonstra que a tentativa de estabelecer uma oposição rígida não consegue apagar completamente o sentido negado. A materialidade linguística revela, portanto, que os sentidos não permanecem inteiramente estabilizados nem se encontram sob o controle do sujeito.

A dimensão audiovisual participa igualmente da produção dos efeitos de sentido. Os gestos ampliados, a entonação caricatural e o riso da plateia deslocam a fala para o campo do humor e do entretenimento, favorecendo sua circulação sob uma aparência de espontaneidade.

A afirmação de que a mulher deve “ficar chata uns três ou quatro dias” retoma ainda sentidos historicamente associados à instabilidade emocional feminina, ampliando a definição de mulher do plano anatômico para o fisiológico e o comportamental.

As condições de produção tornam esse acontecimento especialmente significativo. O enunciado foi produzido por uma figura pública, em um programa televisivo de alcance nacional e em horário de ampla audiência. Ratinho não fala apenas como indivíduo, mas a partir de uma posição midiática investida de visibilidade e autoridade institucional. A televisão, portanto, não atua somente como suporte, mas participa da circulação e da possível legitimação dos sentidos ao transformar uma disputa política e social em conteúdo de entretenimento.

Por fim, o estudo permitiu compreender que a categoria mulher não apresenta um sentido único, fixo ou transparente. Ela constitui um espaço de disputa atravessado por diferentes formações discursivas, memórias e posições-sujeito. Embora as formulações analisadas produzam fronteiras rígidas para essa categoria, as contradições e os equívocos nelas observados demonstram que essa estabilização não se completa.

Ao evidenciar esses mecanismos, o trabalho buscou contribuir para a compreensão das relações entre linguagem, ideologia, mídia e reconhecimento social, mostrando como as disputas em torno dos sentidos de mulher, pertencimento e representação política interferem na definição de quais sujeitos podem ocupar espaços de fala, visibilidade e poder.

REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.
- BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do sexo*. São Paulo: N-1 Edições, 2019.
- HENRY, Paul. *A Ferramenta Imperfeita: Língua, sujeito e discurso*. Editora Estadual da Universidade de Campinas. Campinas, 1992.
- INDURSKY, Freda. *As formações discursivas e o funcionamento dos sentidos*. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). *Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2008.
- INDURSKY, Freda. *A memória na cena do discurso*. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro; MITTMANN, Solange (org.). *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. São Carlos: Claraluz, 2011.
- LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. Texto e autoria. In: ORLANDI, Eni P.; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (org.). *Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010. p. 83-103.
- MAZIÈRE, Francine. *A análise do discurso: história e práticas*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2001.
- ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso*. In: ORLANDI, Eni P.; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (org.). *Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010. p. 13-31.
- PÊCHEUX, Michel. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Salvador: EDUFBA, 2015.